

SIMBOLOGIA DAS VISITAS DE LINCOLN GORDON E CASTELLO BRANCO A BLUMENAU-SC NA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964/65)¹

Cristina Ferreira²
Aline Andressa Feldmann³

Resumo: O propósito deste artigo é problematizar a simbologia das visitas do Embaixador norte-americano, Lincoln Gordon (1964) e do Presidente Castello Branco (1965) à cidade de Blumenau-SC, com respaldo teórico-metodológico na História Política. A forma de governo instaurada pelos militares assumiu um caráter autoritário e limitante do exercício pleno da cidadania, fator que originou um esforço para obtenção de apoio da sociedade civil na consolidação da imagem positiva da Ditadura Militar. Uma das estratégias escolhidas foi a movimentação de personagens políticas pelo território nacional, para além dos grandes centros urbanos e capitais, na busca por cidades do interior com perfil desenvolvimentista, em atendimento ao programa conservador de modernização em fase de implantação. O cerne de ambas as visitas visava à legitimação da autoridade do governo e à entronização, em território brasileiro, de políticas nacionais de desenvolvimento imbricadas às proposições governistas estadunidenses.

Palavras-chave: Embaixador Lincoln Gordon; Presidente Castello Branco; Desenvolvimentismo; Legitimação da autoridade; Blumenau.

THE SYMBOLOGY LINCOLN GORDON AND CASTELLO BRANCO VISITS TO BLUMENAU ON THE MILITARY DICTATORSHIP (1964/65)

Abstract: The purpose of this paper is to discuss the symbology of the north-american ambassador, Lincoln Gordon (1964) and the president Castello Branco (1965) visits to Blumenau-SC, with theoretical and methodological support on Political History. The form of government established by the military took an authoritarian character, restricting people from their full rights as citizens, which generated an effort to get the support from the civil society towards consolidating a positive image of the Military Dictatorship. One of the chosen strategies was to parade political figures around the national territory, beyond the large urban centers and capitals, searching for inner cities

¹ Artigo derivado do projeto de pesquisa intitulado “Simbologia das visitas de autoridades políticas a Blumenau na Ditadura Militar (1964-1976)”, financiado pelo Programa de Iniciação à Pesquisa (PIPe/2013) e vinculado ao Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Movimentos Sociais da Universidade Regional de Blumenau – FURB. A pesquisa também integra a tese de doutorado “Contrastes e Prazeres da Sociabilidade dos trabalhadores urbanos de Blumenau – 1960-1968” (Cristina Ferreira).

² Doutoranda em História Social pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e professora titular de Pesquisa em História e História do Brasil do Departamento de História e Geografia da FURB <cris@furb.br>

³ Acadêmica do Curso de História da FURB e bolsista de Iniciação Científica do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Movimentos Sociais – NEPEMOS <aline.afeldmann@gmail.com>

with a developmental profile in order to promote the implementation of the conservative program of modernization. Both visits sought to legitimate the government's authority and to empower a national development policy in Brazilian territory, closely intertwined with the U.S. government proposals.

Key-words: Ambassador Lincoln Gordon; President Castello Branco; Developmental; Legitimizing of authority; Blumenau.

CULTURAS POLÍTICAS E MOVIMENTAÇÕES DE AUTORIDADES PELO BRASIL NA DITADURA MILITAR

Os recursos teórico-metodológicos da “Nova História Política” diferem por completo do modelo praticado no século XIX e criticado pela historiografia posterior como mera narrativa de cunho cronológico, carente de problemática, análises e dedicado a privilegiar somente os “grandes” homens junto de seus “feitos” que “mudavam” o rumo dos acontecimentos. Atualmente, as proposições da História Política atrelam-se aos seguintes aspectos: a) concessão de privilégios ao acontecimento curto, no sentido de explorá-lo na minúcia; b) não personalização da História; c) geração constante de diálogo com as demais disciplinas acadêmicas estabelecidas, tais como a Sociologia e, a Ciência Política, bem como outros inúmeros domínios que a vida humana comporta. Esta abordagem está inserida no que se convencionou denominar como “Nova História Política” e a principal posição assumida pelos historiadores, diz respeito à convicção de que seu retorno não constitui um setor estranho à História, pelo simples fato de que o território da política é considerado um tipo de “prática social” (RÉMOND, 2003). Essa perspectiva teórica está vinculada ao uso do conceito de *Culturas Políticas* que, muito distante de pretender uma chave de interpretação global, contribui com a prática historiográfica na medida em que envolve um “fenômeno de múltiplos parâmetros” (BERSTEIN, 1998: 350) e permite sua adaptação ao complexo constitutivo do comportamento humano, em articulação com linguagens, imagens, lembranças, ideias e usos do passado, compreendidos “como expressões de culturas históricas” (ABREU, 2007: 14) de um grupo humano em determinado espaço e tempo.

O envolvimento dos sujeitos históricos no processo de constituição dos poderes da Política Nacional favorece a combinação entre elementos políticos, culturais e sociais, por isso, as *Culturas Políticas* tornaram-se um conceito “que permite uma abordagem culturalista dos fenômenos relacionados às disputas pelo poder” (MOTTA,

2009), daí o esforço em explicar os comportamentos vinculados aos indivíduos e sua ação em sociedade.

Na historiografia brasileira, a metodologia de pesquisa vinculada à História Política se fez presente a partir do recente interesse pelos estudos acerca da Ditadura Civil-Militar, instaurada no Brasil em 1964, que tem despertado crescente atenção no campo da pesquisa em História. Parte desse fenômeno se justifica por conta de três proposições principais: 1) a necessidade de aplicação do chamado “distanciamento histórico” (FICO, 2004: 30) do período, situação que favorece também o acesso à documentação, em virtude da amplitude de renovação do acesso às fontes; 2) o redimensionamento dos estudos da própria ação política como um campo passível de análise, a partir do entendimento da simbologia das festas e dos desfiles, diante da inserção de “novos atores como participantes da política” (GOMES, 2005: 21) e 3) a problematização da ideia de que os golpistas lançaram mão de um projeto meticulosamente arquitetado antes do Golpe Civil-militar. Tal combate resultou em uma proposição historiográfica vinculada a pensar os programas da política ditatorial como decorrentes “das negociações e dos conflitos entre os grupos apoiadores do regime, que foram influenciados por pressões internacionais, pelo contexto econômico, pelas ações dos opositores e também pelas tradições do país” (MOTTA, 2014: 50).

Após a destituição do Presidente João Goulart a partir do golpe civil-militar de 1964, o General Humberto de Alencar Castello Branco assumiu a presidência do Brasil, no período entre abril/1964 e março/1967. Tal alteração na vida política brasileira foi acompanhada atentamente pelos Estados Unidos da América, por meio de seu Embaixador em terras brasileiras, Lincoln Gordon. O ponto de partida deste relacionamento foi a “Operação Brother Sam”⁴, cuja característica fundamental era o envio de armas e munições da marinha dos EUA para o Brasil, a fim de conter qualquer tentativa de reação do governo de João Goulart.

Todavia, convém frisar que o novo governo não era exclusivamente gerenciado por militares, nem tampouco apenas teleguiado pelos norte-americanos, pois contava com o apoio de vários segmentos da sociedade civil brasileira e “as direitas saudaram nas ruas a vitória imprevista [...] e [uma parte da população] festejou a derrocada de

⁴ Cf. FICO, Carlos. *O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Nesta obra, o autor analisa as relações entre Brasil e Estados Unidos, no período de 1964 a 1973, com o objetivo de problematizar as mudanças operadas na política intervencionista norte-americana no Brasil, desde o apoio incondicional e irrestrito dos EUA aos militares e suas ações políticas autoritárias (1964), até a fase do constrangimento (1969) em admitir o apoio a uma ditadura civil-militar que torturou e matou presos políticos.

Jango, das forças favoráveis às reformas e do projeto nacional-estatista que encarnavam” (REIS FILHO, 2002: 33). A base desse projeto consistia em implantar no Brasil uma economia alicerçada nos princípios do desenvolvimento técnico e industrial. Bem se aplica a este plano a expressão “modernização conservadora” e, além de tudo, autoritária, em alusão aos projetos de desenvolvimento, ancorados na “tecnocracia civil e militar” e na exclusão das classes subordinadas, com a “incorporação subalterna dos segmentos populares mais afortunados” (REIS FILHO; RIDENTI; MOTTA, 2014: 8).

Dentre os esquemas de operacionalização dessa proposta constava a peregrinação em território nacional, empreendida tanto pelo presidente brasileiro quanto pelo embaixador norte-americano, para além dos centros urbanos e capitais, em busca de regiões com potencial econômico para implantação do chamado “desenvolvimento”. Blumenau, cidade do interior de Santa Catarina, em função de seu parque fabril ligado às indústrias têxteis e metalúrgicas, integrava o roteiro de ambos e constituiu-se como *locus* da pesquisa que ora se apresenta. Portanto, o propósito deste artigo é analisar a simbologia e as intenções políticas e culturais das visitas de autoridades públicas à cidade de Blumenau, em especial de Lincoln Gordon (1964) e do General Castello Branco (1965), com o intuito de problematizar a representatividade política e econômica destes eventos da política nacional, no afã de contribuir para o debate historiográfico, além do eixo Rio-São Paulo, acerca do período inicial da Ditadura Civil-Militar. Afinal de contas, as pesquisas que discutem o marco deste processo político no Brasil defendem claramente que o Golpe civil-militar constituiu-se como um evento-chave para a compreensão da história recente do Brasil. Isto significa que o mesmo não pode ser considerado mero acidente temporal ou evento de curta duração, mas sim um processo histórico eivado de ambiguidades e contradições, marcado pelo autoritarismo e pelo adensamento das desigualdades sociais no país.

Para dar vazão a tais discussões, as fontes investigadas conectam-se a três conjuntos documentais: 1) fontes de imprensa geral e diária, representadas pelos jornais locais, *A Nação* e *Cidade de Blumenau*, dispostos no Arquivo Histórico “José Ferreira da Silva” (AHJFS), em Blumenau; jornais de circulação nacional: *Folha de São Paulo* e *Jornal do Brasil*; periódicos estaduais com circulação principal em Florianópolis: *O Estado*, *A Gazeta*; 2) discursos oficiais realizados pelo Presidente, disponibilizados no site da Biblioteca da Presidência da República; 3) fotografias de autoria de Hans Raun, responsável pela cobertura da passagem do Presidente Castello Branco a Blumenau, com destaque para sua visita à Indústria Artex S/A, disponibilizadas no acervo do

Arquivo Histórico de Blumenau e o Livro Comemorativo da Visita à Electro Aço Altona S/A, composto por 22 fotografias de autoria do fotógrafo Güenter Schroeder, contratados pelas indústrias supracitadas especialmente para este serviço.

Os usos destas fontes são concernentes ao fato de que nos anos de 1960/70, os periódicos atingiam uma boa parcela da população no âmbito do cotidiano, fator suficiente para despertar o interesse dos historiadores em relação ao uso da imprensa como fonte, dada à sua característica de instrumento de “intervenção na vida social” (LUCA, 2010: 118) e cultural da sociedade brasileira. Os periódicos resguardam detalhes nas manchetes, notícias, colunas, propagandas, entre outros que, se forem devidamente questionados, resultam em respostas para determinados problemas inerentes à pesquisa.

Além da problematização das notícias propagadas pela imprensa, convém mencionar que a análise das fotografias conduz os resultados da pesquisa, na medida em que sua força documental, de origem privada ou pública, reside nos “elementos de fixação da memória histórica individual e coletiva” (KOSSOY, 2007), característica que possibilita a reconstituição de determinados fatos históricos. As imagens proporcionam angulações peculiares das “relações sociais e experiências passadas”, mas, ao pesquisador, “não basta olhar, é fundamental estranhar” e conferir às fotografias o tratamento de fontes produtoras de memórias que “demarcam o campo do visível e do invisível” (MAUAD, 2012: 280). Portanto, a fotografia carrega em si a captura de momentos do passado a partir da escolha do próprio fotógrafo, responsável pela definição do recorte espacial e temático da imagem, cujo valor autoral está interligado a um processo de produção de sentido, organizado pelas diferentes instâncias de sua própria experiência social.

O estudo pormenorizado destas fontes remete às nuances da política instaurada pelo governo militar que, paulatinamente, adquiriu um caráter autoritário, dotado de uma série de limitações ao exercício da cidadania. Esta circunstância fez com que os militares no poder empreendessem esforços na criação de dispositivos políticos capazes de reforçar o aval da sociedade civil ao governo. Uma das estratégias escolhidas foi o investimento na movimentação de personagens políticas expressivas pelo território nacional, para além dos grandes centros urbanos e capitais. Além de propagar os interesses do Estado, sobretudo, no quesito relacionado à busca por cidades do interior com potencial econômico que atendessem ao perfil desenvolvimentista em fase de

implantação, também seria possível investir na consolidação de uma imagem positiva de seus representantes.

LINCOLN GORDON - EMBAIXADOR NORTE-AMERICANO, VISITA BLUMENAU EM 1964

Dentre os vários instrumentos de justificativa do Golpe de Estado utilizados pelo governo militar para angariar apoio da sociedade civil, constavam os discursos intensificadores do caos econômico supostamente fomentado pelo governo deposto e a insistência na chamada “Revolução”, como alternativa de reversão deste quadro. Articulado a este elemento discursivo acerca da economia deficitária brasileira, como subterfúgio político e simbólico foi idealizado um investimento maciço das políticas governistas, na visita de autoridades públicas pelo território nacional, a fim de conter possíveis movimentos contrários ao governo recém-instituído e propagar a positivação da nova forma de governo instaurada. No entanto, embora a autoridade política personificasse os propósitos do poder instituído, a “viagem de Estado não caracterizava apenas os empreendimentos políticos que se identificavam com o êxito de um só indivíduo” (REVEL, 1989: 115), pois o percurso agregava em torno de si uma ritualística que envolvia outras personagens integrantes da comitiva de visita. Porém, a atenção principal tinha maior incidência sobre a autoridade máxima, que era considerada como um legítimo representante do poder político vigente.

O Embaixador dos Estados Unidos da América no Brasil, Lincoln Gordon (1913-2009), foi um preposto autêntico desta peregrinação pelo território nacional, justificada não apenas pelo cargo importante, mas também por conta de sua formação acadêmica na área de Economia e seus atributos profissionais. Afinal de contas, Gordon tinha participado da elaboração do Programa Econômico de Recuperação Europeia – o Plano Marshall – concebido pelos Estados Unidos para ajuda aos países europeus após a Segunda Guerra Mundial (GREEN, 2009), episódio que possibilitou seu envolvimento com um programa denominado “Aliança para o Progresso” (PASSOS, 2009: 04), criado pelos Estados Unidos para tutelar o desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos.

Em tempos de Guerra Fria, as forças políticas mundiais eram bipolarizadas, portanto, divididas entre aliados e inimigos dos EUA ou da União Soviética. Por isso, em consonância com “muitos de seus pares, Gordon via o mundo em branco e preto” e,

este pressuposto permanecia incrustado em suas proposições “enquanto esteve à frente da embaixada” dos Estados Unidos no Brasil, no período de 1961 a 1966. No exercício do cargo de embaixador percorreu vários estados da nação, imbuído de uma missão: “não deixar o Brasil se tornar um país comunista” (GREEN, 2009: 73) e promover uma boa imagem de seu país de origem no Brasil, com base no programa “Aliança para o Progresso”, cujo suporte e legitimação ocorreu a partir do governo civil-militar, instaurado a partir de 1964.

Lincoln Gordon visitou o estado de Santa Catarina de 27 a 30 de abril de 1964, ou seja, quase imediatamente após o Golpe de Estado, para divulgação e cooptação de lideranças industriais interessadas na efetivação do programa “Aliança para o Progresso”. O Governador Celso Ramos (Partido Social Democrata – PSD), alguns meses antes, havia apresentado um projeto ao governo norte-americano, no qual requeria auxílio financeiro para o desenvolvimento econômico catarinense. O pedido do Governador recebeu “aprovação preliminar” (A Gazeta, 25/04/1964), com atenção especial a quatro itens prioritários: “rodoviários, empréstimos à pequena indústria, abastecimento de água para o interior do Estado e o setor agrícola, principalmente no que se refere aos armazéns e silos” (O Estado, 29/04/1964). Ao Embaixador caberia verificar *in loco*, com vistas a conferir se essas eram necessidades reais do Estado de Santa Catarina.

No cronograma oficial divulgado pela imprensa da capital catarinense, além das homenagens prestadas ao visitante, constavam inúmeras atividades que variavam entre passagens nos locais históricos (Museu do Homem Americano) até jantares e encontros com autoridades políticas e o operariado local. Gordon também concedeu uma palestra, ministrada em um encontro com estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com a seguinte temática: “Participação das Universidades num país de desenvolvimento” (O Estado, 23/04/1964). As Universidades eram instituições que agregavam em torno de si um interesse vital do governo autoritário concebido pelo Brasil, em articulação com os Estados Unidos. Especialmente, se levarmos em consideração suas atribuições em relação à “preparação de elites administrativas, de tecnólogos e cientistas, mas também por sua importância política, como formadoras de lideranças intelectuais.” (MOTTA, 2014: 56). Logo, advém daí o interesse do embaixador em manter contato com os estudantes universitários.

Tanto a imprensa local, quanto a estadual mencionou o fato de que outros embaixadores visitaram Santa Catarina, mas apontou que “se deve extrair da presença

do Embaixador Gordon outras conclusões, que não as de mera cortesia e puro exercício de deveres” (O Estado, 24/04/1964). Para além do fato de que o discurso da imprensa visava destacar o caráter excepcional do evento, convém lembrar que a presença de Gordon no Estado foi dividida de modo equacional entre Florianópolis e Blumenau, em um total de quatro dias. Tal peculiaridade extrapolava o ideal de “visita veloz”, padrão vinculado às atribuições formais de diplomatas e, carregava em si, a intencionalidade política e econômica de sua presença no estado, com tempo suficiente para contatos e negociações.

No dia 29 de abril de 1964, o embaixador dirigiu-se a Blumenau, acompanhado do Governador Celso Ramos e comitiva. Na oportunidade foi recepcionado “festivamente pelas autoridades civis e militares e numerosa massa popular”, que o saudaram de modo amistoso (A Gazeta, 25/05/1964). O itinerário da visita ao município seguiu o seguinte protocolo: 1) Almoço no Tabajara Tênis Clube (tradicional clube, frequentado pela elite local); 2) Entrevista coletiva à imprensa e debate acerca do tema “A Iniciativa Privada num país em desenvolvimento”; 3) Visita às indústrias: Fábricas de Gaitas Hering, Eletro-Aço Altona e Tecelagem Kuehnrich – Teka; 4) Encontro com os Sindicatos dos Operários; 5) Jantar privado com o Prefeito municipal e 6) Concerto Sinfônico no Teatro Carlos Gomes (A Nação, 25/04/1964). Neste roteiro sobressaía uma espécie de impulso de forças, articulado em um encontro com setores produtivos, sindicatos e trabalhadores, sempre no âmbito público. Contudo, a própria variação de atividades não evidenciava a referida articulação, encapsulada por uma incursão pelo mundo da sociabilidade local (Clube Tabajara) e acesso ao símbolo da cultura local, o teatro municipal. Por outro lado, no tocante aos encontros de ordem política com a autoridade principal do município, a conversa se restringiu ao particular, portanto, raramente seriam encontrados rastros ou indícios documentais que deem conta de recuperar as alianças estabelecidas. Mas, uma inferência tangível remete ao próprio projeto apresentado pelo governo do estado ao embaixador, no qual foram alinhavados acordos de ordem política e econômica entre o prefeito, o governador e o próprio embaixador. Especialmente, se levarmos em consideração a ajuda dos Estados Unidos para aumento das reservas internacionais líquidas do Brasil, que “passaram de US\$ 252 milhões, em 1964, para US\$ 505 milhões, em 1965” (FICO, 2008: 144), ou seja, simplesmente dobraram em apenas um ano.

Ainda assim, pairava a questão: por que Lincoln Gordon veio a Blumenau? Afinal, afóra a capital do Estado, a localidade foi “a única cidade do interior catarinense

a merecer essa honra” (A Nação, 29/04/1964), circunstância que levou a imprensa a caracterizá-la como singular. Este caráter peculiar pode ser explicado, dentre outras possibilidades, pelo interesse no desenvolvimento do parque industrial da região de Blumenau, predominantemente têxtil, mas, com indústrias metalúrgicas expressivas e de repercussão no mercado nacional. Essa característica era convergente com os propósitos cogitados pelo governo brasileiro e norte-americano e a posterior concretização dos objetivos ligados ao desenvolvimento do país. Eletro Aço Altona (metalúrgica), Tecelagem Kuehnrich (têxtil) e Gaitas Hering (brinquedos e instrumentos musicais) foram as indústrias escolhidas como destino específico em Blumenau e o ponto em comum era seu perfil de empreendimento familiar, chefiadas por empresários de ascendência germânica.

A indústria local também apresentava alguns dados estatísticos significativos acerca dos trabalhadores da região: entre 1955/1960, a mão de obra no ramo têxtil apresentou um crescimento de 32,5%, enquanto no estado de São Paulo, diminuiu 20,5% (MAMIGONIAN, 1966: 432). Houve um expressivo aumento da quantidade de trabalhadores em Blumenau, pois, em apenas uma década (1951-1961), o número de operários dobrou de 4065 para 8116 (MAMIGONIAN, 1966). Em convergência com estes dados, *A Gazeta* destacou o estado de espírito do Embaixador, apontado como “contente em visitar Santa Catarina, o seu governo e o seu povo, pois o nosso estado, apesar de ser pequeno territorialmente, é muito importante economicamente” (A Gazeta, 29/04/1964). No entanto, era fundamental que Lincoln Gordon conferisse *in loco* o real potencial econômico do Estado. Por isso, ainda na capital, investigou sobre o sistema operacional do Banco de Desenvolvimento do Estado (BADESC), com atenção redobrada para dados concernentes às modalidades de financiamento dos setores produtivos. E questionou sobre o critério de classificação das indústrias de Santa Catarina em “pequena”, “média” e “grande”, assim referidas de acordo com três pontos centrais: “número de operários, o capital e o faturamento” (O Estado, 28/04/1964). No caso de Blumenau, o Registro Industrial de 1958 indicava um total de noventa e cinco (95) firmas, dentre as quais: doze (12) grandes empresas, com 75% dos negócios; treze (13) médias com 10,1%; e, setenta e quatro (74) pequenas, com 14,4% (MAMIGONIAN, 1966: 147).

Por tudo isso, é possível afirmar que as intenções da visita do Embaixador convergem com o interesse no desenvolvimento do parque fabril de Santa Catarina e da região de Blumenau. Todavia, o potencial econômico não era o único objetivo da visita,

pois as indústrias necessitavam de mão de obra qualificada e, na visão de alguns empresários e do próprio embaixador, além da modernização do maquinário, também era fundamental implantar uma política educacional tecnicista e profissionalizante. Aliciar apoio a esses intentos requeria uma ampla adesão do empresariado local, articulada a uma política de financiamento dos Estados Unidos, via “Aliança para o Progresso”, programa concebido em março de 1961, mas, consolidado em termos operacionais, a partir do Golpe de Estado e da receptividade do governo de Castello Branco.

Contudo, a máquina propagandística do governo não estava interessada apenas na cooptação de elites constituídas, pois também se preocupava com a forma como as autoridades eram vistas pela população, situação que implicava em constantes tentativas de relacionamento com o público, na busca pelo apoio maciço da sociedade civil. Não foi à toa que o destaque da imprensa recaía sobre o número representativo de cidadãos presentes nos espaços públicos da cidade por ocasião de passeatas, comícios e/ou outras manifestações de natureza diversa com a presença das autoridades políticas. Esta situação indicava a participação da população nos eventos deste caráter e concretizava o envolvimento dos cidadãos comuns nas culturas políticas da década de 60. A recepção da população era fundamental para o sucesso das visitas às cidades do interior do Brasil realizadas pelo Embaixador Lincoln Gordon, considerado “amigo íntimo” (ABREU, 2010) do presidente-militar Castello Branco. A peregrinação do diplomata assumiu um caráter de reconhecimento de campo, para fins de definições capazes de dar vazão a um planejamento mais apurado da política de envio de recursos empreendida pelos norte-americanos em determinadas regiões brasileiras, com o propósito de estabelecer uma relação de reciprocidade com o governo recém-instaurado no Brasil.

GENERAL CASTELLO BRANCO E A LEGITIMAÇÃO DA AUTORIDADE DO GOVERNO MILITAR

No interstício de 1963 e 1964, pairava sob a nação certa instabilidade político-partidária, agravada pela crise institucional e econômica, responsável por uma espécie de sensação de descontentamento em uma parcela de civis e militares. O Presidente João Goulart (Jango) governava baseado em uma espécie de “política de conciliação” (FERREIRA, 2012) entre diferentes setores, mas, em meados de março de 1964, tornou-se insuficiente como política de Estado. Como alternativa, o governo resolveu

“aliar-se às esquerdas, acreditar nas forças que elas diziam dispor e, embora contrariando o seu estilo, partir para a radicalização e o embate” (FERREIRA, 2012: 381) em relação aos grupos políticos de cunho elitista. Este processo de confronto motivou militares e políticos rivais a promover a deposição de Jango por meio de um golpe de Estado (31/Março/1964), com o apoio de alguns segmentos da sociedade civil, manifestado em passeatas que reuniram centenas de pessoas nos espaços públicos de cidades brasileiras, dotadas de expressiva representatividade na vida política nacional. Na sequência, os militares passaram a governar o país e, no dia 15 de abril, um Ato Institucional nomeou, sem eleições diretas, o novo Presidente do Brasil: o General Humberto de Alencar Castello Branco.

O primeiro General a assumir a Presidência do Brasil não era uma figura política de expressão nacional e, pelo menos até a manhã do dia 1º de abril de 1964, a maioria da população brasileira desconhecia seus propósitos e os motivos de sua nomeação para um cargo de tamanha importância no poder político brasileiro. Natural de Fortaleza, Castello Branco nasceu no dia 20 de setembro de 1897, filho do Coronel Cândido Borges Castello Branco e Antonieta de Alencar. As transferências constantes de seu pai resultaram em uma infância repleta de mudanças para uma “infinidade de cidades brasileiras” (NETO, 2004: 302). Mas, isto não interferiu no fundamento de sua educação, pautado quase exclusivamente nos princípios militares. Ingressou no Colégio Militar de Porto Alegre com 15 anos e, em 1918, após sua formatura, passou a frequentar a Escola Militar do Realengo (SVARTMAN, 2012), principal instituição de formação dos oficiais do Exército Brasileiro neste período.

John Dulles, pesquisador norte-americano, enfatizou que, nas décadas de 1920 e 1930, a forma predominante de atuação da referida personagem consistia na manutenção da “disciplina e hierarquia” (DULLES, 1979: 30), princípios fundamentais do Exército. Esta e outras circunstâncias, tais como sua atuação comprometida nas Forças Armadas e reconhecimento de seus pares, costumavam ser enfatizadas nas raras composições biográficas a seu respeito, em geral, pautadas em um tom de louvor aos seus feitos e conquistas. Sua postura militar concentrava esforços pessoais, na tentativa de barrar possíveis revoltas destinadas à luta pela destituição da legalidade do governo de alguns presidentes, a saber: “Revolta dos dezoito do Forte de Copacabana” (1922), “Revolta Paulista” (1924) e a “Revolta Constitucionalista” (1932).

Castello Branco “colocava a disciplina e o juramento de lealdade à Constituição no alto da pirâmide dos méritos militares, sustentando que nenhuma circunstância

justificava a revolta de um militar” (DULLES, 1979: 30). No entanto, o general Emídio da Costa Miranda, em depoimento pronunciou: “Nós éramos revolucionários; ele um legalista. E, para nós, os legalistas apenas tinham medo de perder o apoio do alto comando do Exército” (NETO, 2004: 71). Estas discrepâncias demonstram a ausência de unanimidade dos colegas do exército em torno de seu nome para ocupar o cargo de Presidente da República. Mas, a atuação do militar Castello Branco nos debates políticos e civis durante o período da chamada “experiência democrática”, entre os anos de 1945 e 1964, tornou-se fundamental para a formação de um currículo modelar, pois conquistou sua ascensão no Exército e ocupou os cargos de General de Brigada (1952), General de Divisão (1958) e General do Exército (1962).

Além disso, em meados de 1963, Castello Branco, a convite do ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro e do presidente Jango, foi promovido a chefe do estado-maior do Exército (EME). Essa circunstância concedeu-lhe um papel de destaque na hierarquia do alto comando militar, bem como o “respeito de seus subordinados” (DULLES, 1979). Ao assumir a Presidência da República em 1964, Castello Branco tornou-se Oficial da Reserva e foi investido do título de “Marechal” (NETO, 2004: 276). De certo modo, o general reunia em si qualificações suficientes para assumir o cargo de presidente da República e sua escolha envolvia, sobretudo, o “prestígio entre seus pares e conexões com o IPES” (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) (REIS FILHO, 2002: 36), mantido por empresários e políticos alinhados com a proposta de intervenção econômica dos Estados Unidos no Brasil. Naturalmente, sua relação privilegiada com o embaixador norte-americano também lhe rendeu uma condição especial para articulações políticas favoráveis rumo à presidência. O governo norte-americano concedeu um apoio “essencial, em função dos milhões de dólares gastos para desestabilizar o governo de João Goulart” (FICO, 2008: 278), além de custear materiais e emprestar seus conhecimentos técnicos ao Brasil, sob a batuta de Lincoln Gordon e do presidente Lyndon Johnson (EUA). Portanto, sua indicação para o cargo esteve envolta em um processo político de legitimação do poder instaurado no país naquela ocasião. A partir de então, sua imagem como presidente-militar foi alicerçada sob um viés oficial, constituída cuidadosamente por “livros como os de Luís Viana Filho, chefe da Casa Civil de Castello Branco, e de Daniel Krieger, líder do governo no Senado” (FICO, 2004: 31-2), que contribuíram para a consolidação de um perfil “moderado” e “legalista”.

Por outro lado, convém frisar que, logo nos primeiros meses de seu mandato, Castello Branco promoveu ações na contramão desses rótulos, em especial a prorrogação de seu próprio mandato de Presidente, em Julho de 1964 e a imediata criação do Serviço Nacional de Informação (SNI), responsável pela formulação de um aparato repressivo de identificação e a ordenação de prisão aos cidadãos considerados contrários ao regime.

A partir de 1965, as determinações políticas oscilavam de forma constante, o que denota certa fragilidade do governo na tomada de decisões importantes. Neste período inicial da Ditadura Civil-Militar, as políticas autoritárias estavam centradas na “blindagem” do Estado e “na despolitização dos setores populares (operários e camponeses)”. De fato, as principais ações do primeiro presidente militar envolveram atos arbitrários à liberdade política e ao exercício da cidadania, tais como: 1) a instauração do bipartidarismo; 2) a criação de uma lei limitante da atuação da Imprensa e 3) a Constituição de 1967, cuja característica principal era o aumento de poder concedido ao Executivo em detrimento do Judiciário e Legislativo. Os mecanismos punitivos de seu governo atingiram militantes e “sindicalistas foram depostos e políticos perderam seu mandato e/ou seus direitos políticos” (QUADRAT, 2006: 132), em uma clara demonstração do enrijecimento das políticas de Estado. Portanto, o primeiro presidente militar a partir de 1964 exerceu uma política pautada na censura, com um número considerável de civis punidos: 3.644, de um total de 5.517, somente durante seu governo. Ainda convém agregar a estes dados a quantidade de oficiais das Forças Armadas e militares punidos na gestão de Castello Branco, cuja representatividade atingiu 90% das sanções realizadas durante a Ditadura Militar em seus vinte e um anos de vigência (NAPOLITANO, 2014: 71-73).

Diante desse cenário, afluía uma espécie de onda de insatisfação e a “impopularidade do governo” tomou conta da opinião pública. Essa “atmosfera de descontentamento” (REIS FILHO, 2002: 40) causou aborrecimentos aos políticos apoiadores do Golpe Civil-militar de 1964, mas também gerou desgosto junto à própria população, em especial trabalhadores, empresários e donas de casa. Tal situação se desencadeou a partir das medidas tomadas pela equipe de Castello Branco para conter a inflação que, além de causar desemprego e arrocho salarial, também foram ineficientes e trouxeram à tona uma “série de ataques ferrenhos à política econômica do governo” (DULLES, 1979: 216).

Outro elemento associado a esta questão remetia à própria figura do presidente, considerado um tanto quanto distante da população no exercício de seu cargo. Com o propósito de reverter esse quadro e reiterar aos civis a necessidade de compreensão em relação às atitudes mais contundentes do governo, Castello Branco iniciou um processo de deslocamento por diversas regiões da nação, sem restringir-se apenas aos grandes centros urbanos, em busca da conquista, reconhecimento e identificação do povo com os preceitos democráticos, ideal simbólico do Golpe de Estado que os militares consideravam como a “Revolução de 1964”. Durante seu mandato, visitou inúmeras cidades do interior, cuidadosamente escolhidas, tais como: Uberaba, Ipatinga, Boa Esperança (MG); Caxias e Carolina (MA); Porto Nacional (GO) e Campina Grande (PA). Sua presença nestas localidades estava relacionada com a participação em eventos de ordem pública, comemorações cívicas e/ou militares, inauguração de obras ou, até mesmo, no apaziguamento de questões políticas e/ou militares. As viagens realizadas pelos governantes apresentavam uma natureza diversa e, além de “implicações políticas”, estavam eivadas de elementos simbólicos que auxiliavam na “estratégia de constituição e de legitimação do poder” (REVEL, 1989: 106). Esta escolha decisiva prevaleceu nas viagens de Castello Branco e demais políticos interessados em constituir uma “identidade positiva da ditadura militar” (REIS FILHO, 2002).

Nos dias 21 e 22 de maio/1965, veio pessoalmente a Santa Catarina, em atendimento ao convite feito pelo governador Celso Ramos, articulado com a Federação da Indústria e Empresários de Santa Catarina (FIESC). No primeiro dia, o Presidente visitou a capital, Florianópolis, sob um esquema de segurança a cargo do Exército Nacional. No cronograma oficial a cumprir constavam diversas atividades, dentre as quais: honras militares, Almoço no 5º Distrito Naval; homenagem para recebimento do título de “Cidadão honorário de Florianópolis” e pernoite na Ilha de Santa Catarina.

No dia seguinte, rumou para Itajaí no avião da Força Aérea Brasileira (FAB) e o percurso até Blumenau foi feito de automóvel oficial. Durante o trajeto, o esquema de segurança foi reforçado pelo 23º Regimento de Infantaria de Blumenau. As atividades programadas na visita, de aproximadamente quatro horas, foram as seguintes: 1) Recepção do Prefeito e demais autoridades em frente à Prefeitura Municipal; 2) Desfile pela Rua 15 de Novembro até a Matriz São Paulo Apóstolo e passagem pela Igreja; 3) Visita ao parque industrial, Electro Aço Altona S/A e Artex S/A, dos ramos metalúrgico e têxtil, respectivamente; 3) Encontro com autoridades no Grande Hotel e, por fim, 4) Almoço informal. A programação, no entanto, não pode ser analisada apenas sob a ótica

desta sequência de atividades, pois a ênfase da excursão do presidente recaiu sobre sua visita às indústrias. As fontes documentais demonstraram que, parte desta escolha diz respeito ao fato de que na década de 1960, o setor econômico industrial de Blumenau passava por uma fase de expansão, sendo o principal centro industrial de Santa Catarina, com 17,5% (MAMIGONIAN, 1966: 452) do total dos negócios. As indústrias, predominantes do ramo têxtil, ocupavam o décimo lugar em relação aos centros têxteis do Brasil e, na área de produção e transformação de metais, também se destacava nacionalmente. Esses dados reforçam o interesse do governo militar na região, apontada como área dotada de potencial para contribuição no processo de reversão do quadro de crise econômica vigente.

Alinhada com as questões de cunho desenvolvimentista, a imprensa reservou porcentagem generosa de seus editoriais para noticiar a visita de Castello Branco a Santa Catarina. No caso da imprensa local, o periódico *A Nação* editou vinte e dois artigos e, por sua vez, dois jornais de circulação estadual publicaram juntos um total de quinze artigos (*O Estado*, nove e *A Gazeta*, seis). Curioso foi constatar que, mesmo diante do fato comprovado de que a passagem de Castello Branco a Blumenau privilegiou as indústrias, *A Nação* tenha optado por mencionar os trabalhadores em apenas dois artigos, nos quais destacou a disciplina como característica central dos industriários locais. Conforme o jornal, o presidente teria a oportunidade de fazer uma excursão e entrar em contato com “a disciplina do operariado e as possibilidades desenvolvimentistas de nosso parque industrial” (*A Nação*, 22/05/1965). E, a chegada do Presidente à Artex S/A foi descrita com ênfase no fato de que os “operários [...] se agrupavam disciplinadamente frente a sua fábrica” (*A Nação*, 25/05/1965) para a tradicional saudação, sem a necessidade do cordão de isolamento, conforme demonstra a Figura 1 e, posteriormente, a Figura 7.

Figura 1: Ernesto Geisel, Prefeito em exercício Edgar Müller, Presidente Castello Branco, Governador Celso Ramos e militar não identificado.



Fotógrafo: Hans Raun - Arquivo Histórico “José Ferreira da Silva” – Blumenau.

As questões de ordem eram extremamente valorizadas no âmbito da visita das autoridades, sobretudo por conta da preservação da figura política em questão, ainda mais em se tratando de um militar, rodeado de seguranças por todos os lados. Na Figura 1, o ângulo central escolhido pelo fotógrafo valoriza as personagens principais da comitiva presidencial e autoridades locais, por outro lado, em segundo plano aparece claramente o público aglomerado nas laterais da avenida, precedido de uma numerosa quantia de seguranças trajados com seus ternos escuros, designados para assegurar a ordem, em um perfeito aparato de construção da representação simbólica do poder político vigente.

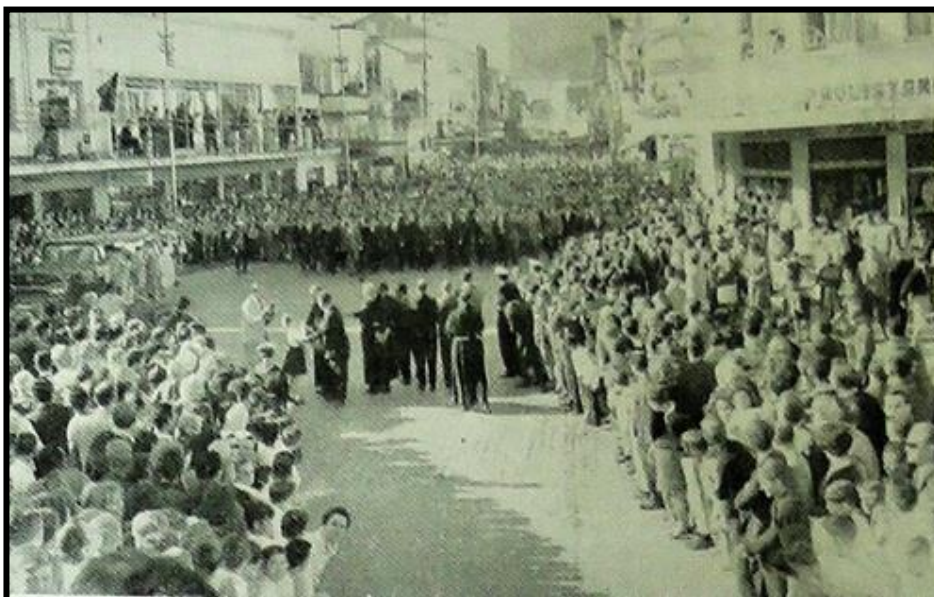
Por isso, a simples menção da imprensa sobre o comportamento exemplar dos operários também estava articulada com a ênfase no ideário de “ordem e progresso”. Tal propósito não escapou ao pronunciamento do próprio presidente diante do prédio da prefeitura municipal, no qual ressaltava o “espírito de trabalho”, a “ordem” e o “progresso” (A Nação, 23/05/1965) da população do Vale do Itajaí, discurso que reforça o ideal de “cidade industrial e do trabalho” atribuído pelos meios de comunicação e

empresários locais a Blumenau e, cuja disseminação, criou uma espécie de bordão para a cidade.

Via de regra, as visitas de autoridades públicas são dotadas de um caráter protocolar, responsável pela ritualização de atos simbólicos e ritos consagrados que envolvem a passagem por “fábricas, portos, oficinas, monumentos” (REVEL, 1989: 112), quase como uma inspeção nos eixos norteadores da vida pública da localidade. Na ocasião da passagem do presidente Castello Branco não foi diferente, no entanto, a tônica da ritualística também se fez notar por meio de uma peculiaridade importante, o contato com as crianças. Estes aspectos foram captados pelo olhar do fotógrafo em situações diferentes e fornecem “uma pista para se chegar ao que não está aparente ao primeiro olhar, mas que concede sentido social à foto” (MAUAD, 1996: 12).

Na Figura 2, diante de uma imensidão de populares, o esquema de segurança permitiu a aproximação de uma criança para cumprimentar o Presidente, cuja oportunidade não escapou também à imprensa local que noticiou: “seus passos [eram] interceptados por crianças que se dirigiram a seu encontro abraçando-o demoradamente” (A Nação, 23/05/1965). Um gesto aparentemente simples, mas com um significado de apelo à figura da autoridade, não apenas como representante do poder político da nação, mas também como pai de família e ser humano que, por sinal, viajou ao Estado acompanhado de sua filha, Antonieta Castello Branco (A Nação, 22/05/1965). Esta situação traduz com evidência a necessidade do governo autoritário de investir na obtenção do consentimento da população civil, intenção corroborada por intermédio da aproximação com seu governante máximo.

Figura 2: Rua XV de Novembro, nas proximidades da Igreja Matriz, em um encontro entre autoridades militares, civis e eclesiásticas (22/05/1965).



Fotógrafo: Hans Raun - Arquivo Histórico “José Ferreira da Silva” – Blumenau.

Outra situação peculiar demonstrada pela Figura 2 refere-se ao fato de o presidente estar a pé, em plena rua principal da cidade, diante de um público numeroso e contíguo à autoridade. Isto ocorreu à revelia do protocolo oficial inicialmente previsto, no qual o trajeto pela Rua XV de Novembro seria realizado de automóvel. O próprio presidente decidiu alterar a programação oficial e fazer o percurso a pé, gesto que provocou “entusiasmo” e “admiração” na população (A Nação, 25/05/1965). Por outro lado, tal atitude também pode ser pensada enquanto uma espécie de “espetáculo físico da soberania” (REVEL, 1989: 108) presidencial, articulada juntamente com o ideal de aproximação com a população brasileira. A imprensa se regozijou com esta atitude e enfatizou: “foi um gesto bonito, muito raro em chefes de Estado, sempre presos às regras do protocolo” (A Nação, 25/05/1965). Eis então, uma tentativa de diferenciar a figura de Castello Branco dos demais presidentes, como forma de identificação e constituição de apoio ao novo soberano da nação. Jacques Revel inspira a análise deste gesto presidencial, pois, segundo ele, no caso da movimentação de autoridades, “espera-se ainda do povo reunido que reconheça o regresso da soberania pública encarnada num homem que vem refugiar-se nele” (REVEL, 1989: 117).

A personificação do homem no presidente e vice-versa aparece demonstrada nas fotografias, que auxiliam na compreensão das diferentes representações sociais e códigos de comportamentos em diferentes grupos socioculturais (CARDOSO;

MAUAD, 1997). A combinação entre imagens e elementos textuais, também inspira uma análise mais completa dos processos históricos, por isso, é importante indicar que alguns trechos redigidos nos periódicos se constituem a partir da leitura dos registros fotográficos.

As Figuras 2 e 3 capturam e perpetuam o flagrante de um presidente simpático, que “manteve um contato mais direto com o povo, [...] manifestando a sua confiança entre o calor dos aplausos e a chuva de pétalas de flores e papel picado que lhe era jogado das sacadas de todos os edifícios” (A Nação, 25/05/1965). O contato físico com o povo que “o cercava para um abraço ou um simples apertar de mão” (A Nação, 25/05/1965) era capaz de transformar a autoridade desconhecida em ser humano de carne e osso frente à população.

Figura 3: José Ferreira da Silva, ex-prefeito da cidade, ao lado de Castello Branco, em desfile na Rua XV de Novembro, com destaque para o cumprimento à população (22/05/1965).



Fotógrafo: Hans Raun - Arquivo Histórico “José Ferreira da Silva” – Blumenau.

O aceno de Castello Branco (Figura 3), em uma demonstração de interação e atenção junto à população, era um flagrante constante, presente na maior parte das séries fotográficas acerca de sua visita. Raramente o presidente olhava ou fazia pose diretamente para as câmeras nas imagens analisadas, opção que remete ao fato de que os

próprios registros fotográficos podem ser utilizados tanto para a “legitimação de uma determinada escolha quanto, por outro lado, o esquecimento de todas as outras” (CARDOSO; MAUAD, 1997: 576). Logo, a imagem também constitui-se enquanto “memória silenciosa” construída “na lembrança, mas também no esquecimento” (MOTTA, 2012: 27), ou seja, o processo de interpretação de eventos históricos pela via imagética deve considerar não apenas as evidências e destaques óbvios, mas também os pormenores negligenciados e os silenciamentos intrínsecos às fontes escritas e/ou em formato de imagem.

Por isso, para além de autoridades e personagens ilustres, salta aos olhos o número imenso de espectadores que acompanhou a visita de Castello Branco, transformada em evento público. Na Figura 4, novamente aparecia de modo significativo a presença das crianças uniformizadas de branco, ladeando a escadaria central da Igreja Matriz São Paulo Apóstolo, ato simbólico que dá suporte às relações que estão em pauta nas estratégias do governo militar em sua busca pela tão desejada padronização do comportamento da população.

Na ocasião, o jornal *A Nação* registrou que havia papel picado, foguetes e uma “ovação popular”, com destaque para senhoras e crianças que burlaram “o “cordão de isolamento” [e] apressavam-se em cumprimentar o presidente da República, oferecendo [uma] corbelha de flores” (*A Nação*, 23/05/1965). Essa menção da imprensa às crianças e mulheres é uma espécie de referência às saudações representativas das famílias locais, com o intuito de propor uma suposta identificação dos habitantes da cidade com as decisões governistas e seu presidente, Castello Branco, para gerar aprovação e apoio às ações impositivas do governo autoritário e inculcar uma ordem pública vinculada aos poderes militares.

Figura 4: No centro, o presidente Castello Branco, acompanhado de autoridades políticas e religiosas locais. Na segunda fileira, logo atrás do presidente, o chefe do gabinete militar, Gen. Ernesto Geisel (22/05/1965).



Fotógrafo: Hans Raun - Arquivo Histórico “José Ferreira da Silva” – Blumenau.

As autoridades eclesiásticas, presentes nas Figuras 2 e 4, apareceram alinhadas com o Presidente neste evento, principalmente, diante do fato do novo governo instaurado recorrer a preceitos religiosos para justificar sua proposição de governo pautado na “democracia cristã”, tão propagada pelos militares a partir de 1964.

Todavia, o eixo principal de articulação das conexões que cercaram a intencionalidade da visita era o desenvolvimento econômico do parque industrial catarinense, particularmente de Blumenau. A importância das indústrias visitadas era constantemente ressaltada pelos jornais, em trechos nos quais destacavam o quanto o presidente ficou “impressionado com o ritmo de progresso estabelecido nesta parte do Estado” (A Nação, 19/05/1965). Por outro lado, não transparecia nos periódicos uma intenção em atribuir aos trabalhadores, ainda que parcialmente, uma parcela de responsabilidade deste processo de desenvolvimento fabril.

Figura 5: Livro Comemorativo à visita do Presidente Humberto de Alencar Castello Branco à Indústria Electro Aço Altona em 22/05/1965. Operários na execução de suas atividades assistidos pela comitiva presidencial.



Fotógrafo: Güenther Schroeder - Arquivo Histórico “José Ferreira da Silva” – Blumenau

Nem por isso os operários deixaram de ser retratados nas fotografias, principalmente, porque em sua rotina, o dia da visita presidencial tornou-se um momento excepcional, que rompe com os padrões do cotidiano. Os fragmentos imagéticos que compuseram o “quadro espacial recortado pelo fotógrafo, aproxima o olhar sobre determinados aspectos da experiência cotidiana” (CIAVATTA, 2002: 66) das pessoas que prestavam serviço nas referidas indústrias. No entanto, a observação atenta do conjunto fotográfico que retratou o interior das fábricas no momento em que o Presidente passava ao longo dos setores fabris, demonstrou que o trabalho era executado ininterruptamente (Figura 5), com o intuito de mostrar aos visitantes a capacidade do operariado e o potencial do maquinário. Afinal de contas, a atividade laboral, ao fim e ao cabo, carrega em si uma via de mão dupla, pois, simultaneamente, pode ser considerada “atividade criadora, que anima e enobrece o homem, ou como atividade aviltante, penosa que aliena o ser humano de si mesmo, dos demais e dos produtos de seu trabalho” (CIAVATTA, 2002: 66).

A Figura 5 integra o conjunto de vinte e duas (22) fotografias publicadas no *Livro Comemorativo da Visita do Presidente Castello Branco à Electro Aço Altona S/A*, das quais oito (8) registros apresentaram o interior da indústria e somente quatro (4) retrataram os trabalhadores na execução de tarefas. A fotografia foi publicada com uma legenda que faz referência à atividade captada pelo fotógrafo: “Durante a sua visita às

instalações da ALTONA, o Sr. Presidente da República e demais pessoas presentes tiveram oportunidade de assistir a uma corrida de aço” (Livro comemorativo, 1965), procedimento técnico da indústria metalúrgica.

Figura 6: Castello Branco ao lado do Governador Celso Ramos, seguidos pela comitiva presidencial na incursão realizada nas instalações da indústria Artex S/A.



Fotógrafo: Hans Raun - Arquivo Histórico “José Ferreira da Silva” – Blumenau

A Artex S/A, empresa têxtil voltada para a produção de roupa de cama, mesa e banho, também foi palco da movimentação presidencial por diferentes setores da produção. As imagens demonstraram que havia predominância do sexo feminino e, na Figura 6, o presidente divide espaço com as trabalhadoras que, embora constituíssem maioria no recinto, no ângulo escolhido pelo fotógrafo para enquadramento, o direcionamento da Câmera pendeu sobre Castello Branco e sua comitiva.

Estes registros fotográficos com imagens captadas no interior das indústrias “buscam perfilar a eficiência da organização fabril mas, ao mesmo tempo, captam trabalhadores que se deixam retratar para a construção de sua imagem social” (CIAVATTA, 2002: 08). Portanto, aparentemente, as operárias que apareceram na Figura 6 evitaram direcionar seu olhar para a câmera fotográfica e permaneceram concentradas no exercício de suas funções, não apenas para constituir uma imagem

positiva de sua atuação profissional, mas também para não comprometer a produção estipulada pelo sistema fabril em sua cota diária de trabalho.

Figura 7: Trabalhadores e escolares em frente à Indústria Artex S/A. Bairro Garcia – Blumenau, 22/05/1965.



Fotógrafo: Hans Raun - Arquivo Histórico “José Ferreira da Silva” – Blumenau

Em algumas outras fotografias registradas, a exemplo da Figura 7, o público presente roubou a cena e, para além do volume de pessoas, o registro evidenciou sua heterogeneidade, tanto de gênero quanto de idade. Altamente significativa também é a presença maciça de crianças, algumas delas uniformizadas, pois o Grupo Escolar Santos Dummont, localizado no mesmo bairro da indústria Artex S/A congregou seus alunos para prestigiar a passagem do presidente. Essa mobilização pública era representativa de uma série de articulações de cunho político, sobretudo, porque o espetáculo e a teatralização do evento fariam sentido somente se um considerável número de expectadores estivesse presente, dado que transpareceria uma espécie de elevado índice de aprovação ao novo governo instalado.

No jornal de fábrica *Mensageiro Artex*, edição de Junho de 1965, apareceram matérias sobre a visita presidencial, especialmente sua passagem pela empresa Artex. Um orgulho ufanista declarava a importância do “contato direto com a ânsia de progresso organizado do nosso operário!” (*Mensageiro Artex*, 06/06/1965) mantido

pelo General Castello Branco. Repleto de elogios e com menção direta às expectativas correspondidas em relação à sua visita à empresa, o jornal exprimiu grande apreço pela figura do “novo chefe mandatário”. Em suas impressões acerca das instalações da Artex, o Presidente Castello Branco demonstrou “sua satisfação em saber que Blumenau não para e suas indústrias modernas oferecem condições excepcionais para que os operários desenvolvam suas atividades normais, atendidos dentro dos modernos padrões da assistência social” (A Nação, 25/05/1965).

Por fim, para completar o programa planejado, novamente vem à tona a atuação de Castello Branco como um líder despreocupado com protocolos. E se levarmos em conta a formação austera e disciplinada dos militares, onde não há espaço para imprevistos e surpresas, esse era um indicativo de que aos poucos ele usufruía livremente das prerrogativas do cargo de presidente também para deliberar em favor de suas próprias vontades no exercício do poder.

É válido mencionar que, independente da agressividade proposta pelos instrumentos de controle do Estado e a centralização do poder, na fase de transição da forma de governo e consolidação do regime autoritário existiam pontos convergentes com os ideais nacional-estatistas, a exemplo da aproximação do presidente com o público em geral e da permissão para funcionamento de alguns sindicatos corporativos, considerada “uma das vigas mestras da democracia populista” (Informativo Hering, 07/1965). A busca pelo apoio da população nas ações governistas era endossada pelas autoridades, que tiveram a oportunidade de palestrar diretamente com o presidente, pois “foram unânimes em afirmar o espírito altamente democrático de S. Excia que, deixou de lado todos os capítulos do protocolo, confraternizando-se com a maioria” (A Nação, 26/05/1965).

Segundo a imprensa, o presidente “dispensava especial interesse pelos problemas locais” (A Nação, 26/05/1965) e o fato é que, no almoço informal realizado no Grande Hotel de Blumenau, autoridades estaduais e municipais, representantes de diversas entidades sindicais e classes produtoras tiveram a oportunidade de conversar pessoalmente com Castello Branco, que recepcionou e ouviu atentamente a todos. Obviamente, mesmo que o governo lançasse mão de uma série de artefatos de cerceamento de liberdades aos civis, era fundamental a caracterização de Castello Branco como “democrático”, em uma nítida referência ao lema do retorno da liberdade, propagado pelo novo governo instaurado, sob a justificativa de que não permitiriam ações políticas semelhantes às praticadas pela gestão de João Goulart.

Portanto, a visita do general-presidente assumiu um cunho de reafirmação “revolucionária” que, feito “intervenção salvadora” (REIS FILHO, 2004), visava dar a ler o Marechal ou, em outras palavras, passar a imagem do militar-cidadão, em especial, no espaço de poder ligado à economia ou à religião. E “de paragem em paragem, [uniu] um por todos os pontos do percurso. Constituiu como um todo o espaço que circunscreveu. Em contrapartida, construiu sobre a sua deambulação a sua própria legitimidade” (REVEL, 1989: 269). Por isso, este investimento sobre a figura pessoal do presidente em exercício foi legitimado pelo próprio Castello Branco em carne e osso a desfilar pela cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As viagens realizadas pelas autoridades públicas imediatamente após o golpe civil-militar de 1964 não se restringiram somente aos grandes centros urbanos e capitais. Essa ação está interligada com estratégias políticas elaboradas no afã de conduzir a opinião pública a uma visão positiva quanto ao regime instaurado. O interesse na legitimação do governo dos militares convergia também com as intenções políticas dos Estados Unidos em relação aos demais países da América, com o intuito de impedir possíveis “golpes comunistas”. O potencial desenvolvimentista do Brasil e sua propensão à implantação de uma educação tecnicista em seu vasto território, especialmente no interior, era um fator primordial.

De olho nestes quesitos, o embaixador Lincoln Gordon investido de poder político e diplomático, percorreu o território nacional com vistas à consolidação do programa “Aliança para o Progresso”, cuja tônica era o financiamento de projetos para o desenvolvimento econômico de alguns Estados brasileiros. No entanto, longe de se limitar a este único objetivo, Gordon também investiu na propagação de uma imagem positiva do governo americano e brasileiro. Mas, escolheu a dedo, após ampla investigação e reconhecimento de campo, os municípios aptos a receberem os subsídios financeiros dos EUA.

As motivações das viagens do embaixador podem ser combinadas com as do primeiro presidente-militar, o General Castello Branco. Sua visita a Blumenau teve como ponto primordial a presença nas indústrias do setor têxtil e metalúrgico, onde esteve em contato com autoridades locais, trabalhadores e sindicalistas.

Castello Branco passou a visitar várias cidades do interior em busca do reestabelecimento da ordem, mas também com o intuito de aproximar-se da população em geral, de preferência para ser identificado como um político dotado de capacidade de liderança e responsável pela reconstituição da ordem social do país. O intuito das viagens estava relacionado à demarcação de poderes e à garantia da supremacia territorial do governo ditatorial ainda em fase de estabelecimento, para evitar ameaças em sua forma de promover e fazer política e vincular sua imagem aos preceitos da “ordem e progresso”.

Todavia, a análise destes deslocamentos do embaixador e do Presidente não pode ser feita por uma via reducionista, que se restringe à mera estratégia de autoridade política, com objetivos puramente oficiais. O cerne das visitas visava a garantia de legitimação da autoridade do governo militar, com um grau de intencionalidade específico em torno do desenvolvimentismo econômico e da entronização, em território brasileiro, de políticas governistas nacionais e norte-americanas, tudo isso articulado à necessidade de reconhecimento e aproximação entre as autoridades e a população.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 10/12/2013.

ABREU, Martha; SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca (orgs). *Cultura política e leituras do passado*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DULLES, John W. F. *Castello Branco: o caminho para a presidência*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.

FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o golpe civil militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil republicano* (v. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

FICO, Carlos. *O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GOMES, Angela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria F. B.; GOUVÊA, Maria F. S (orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GREEN, James N. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1984-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GREEN, James N.; JONES, Abigail. Reinventado a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, n. 57, p. 67-89, 2009.

KOSSOY, Boris. *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.

MAMIGONIAN, Armen. *Estudo geográfico das Indústrias de Blumenau*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem—fotografia e histórias interfaces. *Tempo*, Niterói, v. 1, n. 2, 1996.

MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum. História e Fotografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MOTTA, Rodrigo P. S. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____ (org). *Culturas Políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

MOTTA, Rodrigo P. S. A Modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influencia da cultura política. In: REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. *A Ditadura que Mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NETO, Lira. *Castello: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004.

PASSOS, Juliana. “Operação Aliança”: entre a Operação Pan-Americana e a Aliança para o Progresso. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética*. Fortaleza: ANPUH, 2009.

QUADRAT, Samantha Viz. A Ditadura civil-militar em tempo de (in)definições (1964-1968). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org). *Democracia e Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 33.

_____. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2001.

_____. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: MOTTA, Rodrigo P. Sá; et. al (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ / FGV, 2003.

REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Tradução: Vanda Anastácio – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

Fontes documentais:

Fotografias: Acervo Hans Raun - Envelope 40 (AHJFS).

Livro comemorativo da Visita do Presidente Humberto Alencar de Castello Branco à Electro Aço Altona S/A. Blumenau, 22/Maio/1965.

Periódicos: *O Estado; A Gazeta; Informativo Hering; Mensageiro Artex; A Nação*.

Solenidades e Homenagens marcarão a Visita de Lincoln Gordon. In: *O Estado*, Ano XLIX, n. 14.913. Florianópolis, 23/Abril/1964, p. 01.

Lincoln Gordon em SC. In: *O Estado*, Ano XLIX, n. 14.914. Florianópolis, 24/Abril/1964, s/p.

Lincoln Gordon desde ontem em Florianópolis. In: *O Estado*, Ano XLIX, n. 14.916. Flo., 28/Abril/1964, p. 01.

Gordon afirma que as relações entre Brasil e Estados Unidos estão fortalecidas com o novo governo. In: *O Estado*, Ano XLIX, n. 14.917. Florianópolis, 29/Abril /1964, s/p.

Embaixador Lincoln Gordon visitará Florianópolis. In: *A Gazeta*, Ano XXX, n. 7.610. Florianópolis, 25/Abril /1964, p. 01.

Na entrevista coletiva com o Embaixador Lincoln Gordon. In: *A Gazeta*, Ano XXX, n. 7.613. Florianópolis, 29/Abril/1964, p. 1-4.

Presidente Castello Branco em Blumenau. In: *Informativo Hering*, Ano I, n. 7. Blumenau, Julho/1965, s/p.

Blumenau recebe o presidente. In: *Mensageiro Artex*, Ano II, n. 6. Blumenau, Junho/1965.

Esperado segunda-feira na capital do Estado o embaixador Lincoln Gordon, dos EE. Unidos. In: *A Nação*, Ano XX, n. 547. Blumenau, 25/Abril/1964, p. 1.

Cidade de Blumenau recebe hoje a visita do ilustre embaixador dos Estados Unidos. In: *A Nação*, Ano XX, n. 550. Blumenau, 29/Abril/1964, p. 1.

Marechal Castello Branco. In: *A Nação*, n. 115. Blumenau, 22/Maio/1965, p. 3.

Só com os processos democráticos é que os males da democracia poderão ser depurados. In: *A Nação*, Ano XXI, n. 115. Blumenau, 22/Maio/1965, p. 1-6.

Atitude do Presidente percorrendo a rua XV a pé, emocionou a população. In: *A Nação*, Ano XXI, n. 116. Blumenau, 23/Maio/1965, p. 1.

Que a população do Vale do Itajaí continue dando exemplo ao Brasil de Amor ao trabalho. In: *A Nação*, Ano XXI, n. 116. Blumenau, 23/Maio/1965, p. 1-6.

Castello Branco vivamente impressionado com a desenvoltura do parque industrial blumenauense. In: *A Nação*, Ano XXI, n. 117. Blumenau, 25/Maio/1965, p. 8.

Sensibilizou o Presidente Castello Branco a calorosa acolhida que teve em nossa cidade. In: *A Nação*, Ano XXI, n. 117. Blumenau, 25/Maio/1965, p. 1-2.

Visita de Castello Branco a Blumenau. In: *A Nação*, Ano XXI, n. 117. Blumenau, 25/Maio/1965, p. 7.

Presidente Castello Branco rompe protocolo durante o almoço informal no grande Hotel. In: *A Nação*, Ano XXI, n. 118. Blumenau, 26/Maio/1965, p. 1-6.

Artigo recebido em 14/04/2014
Artigo aceito em 22/09/2014